

# Como e por que os votos mudam

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Todos os métodos foram utilizados para conseguir votos na Constituinte, na decisão do sistema de governo e mandato presidencial. Pelo menos foi esta a explicação do governador do Piauí, Alberto Silva, ao deputado maranhense Wagner Lago, que lhe cobrou as posições do filho, deputado Paulo Silva. "Só pode ser macumba do Mário Covas", disse o governador. Paulo Silva (PMDB-PI) votou contra o presidencialismo e contra o mandato presidencial de cinco anos.

Para muitos parlamentares de vários partidos, mais do que as pressões de ministros e de governadores, funcionou a pressão militar, os argumentos de "terrorismo político". Dias antes da votação correu no Congresso a notícia de que Sarney renunciaria se aprovado mandato de quatro anos. "Seria uma cassação do mandato do presidente da República", desabafou Sarney, segundo relato de um ministro de Estado a dirigentes partidários.

O mesmo ministro contou que Sarney apresentou dois caminhos, se "cassado" o seu mandato: recorrer ao Judiciário ou afastar-se do governo. "Ele decidiu que não bateu as portas do Supremo Tribunal Federal. Preferia deixar o governo", afirmou o mesmo informante.

Como consequência, haveria eleições diretas 30 dias após a votação do cargo de presidente. Candidatíssimo, Ulysses Guimarães, na condição de presidente da Câmara e substituto legal, não assumiria o mandato-tampão. O seguinte na linha sucessória, Humberto Lucena, presidente do Senado, pretendente à vice-presidência, também não assumiria. O lugar seria do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer. Para o governador Rafael Mayer já poderia dar vitória a Leonel Brizola. "Seria o caos. Os militares não deixariam de intervir", revelou um dirigente partidário, que ouviu as advertências sobre os riscos de eleições em 88.

Era comum nos corredores, nos salões e na sala de café da Constituinte políticos de vários partidos comentarem, procurando ser irônicos: "Ou cinco anos ou quatro eleições".

O inesperado resultado nas votações de terça-feira, dia 21, representou um grande esforço de ministros, governadores, líderes e dirigentes partidários, nunca se promoveram tantas reuniões, almoços e jantares em Brasília, nunca o telefone foi usado como na segunda-feira passada, véspera da decisão.

Se o governador do Piauí não

mudou o voto do filho-deputado, menos trabalho teve o ministro Aloísio Alves com os votos do seu filho, deputado Henrique Alves (PMDB-RN). Parlamentarista como o pai, o deputado entendeu, a exemplo do ministro da Administração, que esse sistema, nas atuais circunstâncias, seria um perigoso casuismo, capaz de agravar o quadro político-institucional, e votou pelo presidencialismo e pelo mandato presidencial de cinco anos.

Entre os ministros, destacaram-se Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana e, a seguir, Borges da Silveira, Jader Barbalho, Costa Couto,



Newton Cardoso mudou pelo menos 7 votos de mineiros

Hugo Napoleão, Iris Rezende. Dos governadores, em avaliação feita por autoridades do Planalto, aplausos para Newton Cardoso (MG), Miguel Arraes (PE), Orestes Quércia (SP) e, logo depois, Tasso Jereissati (CE), Amazonino Mendes (AM), Alvaro Dias (PR), Epitácio Cafeteira (MA), Hélio Gueiros (PA).

O trabalho teve duas etapas: o de convencimento e o de consolidação. Os governadores procuraram mostrar aos constituintes, até mesmo de outros Estados, a conveniência de aprovar o presidencialismo e garantir cinco anos para futuros presidentes e para Sarney. Na fase final, os ministros trataram de consolidar a posição dos constituintes, principalmente do pessoal "em cima do muro", dos que deixam a decisão para a última hora, "valorizando" o voto.

Miguel Arraes está com cotação alta no Palácio do Planalto. O presidente Sarney ficou muito reconhecido pela sua posição de liberar a bancada, sem deixar de se reafirmar presidencialista. Arraes não pressionou ninguém a favor do parlamentarismo. A mudança do deputado Fernando Bezerra Coelho, de parlamentarista para presidencialista, abalou Mário Covas, José Ri-

cha, Pimenta da Veiga e Egídio Ferreira Lima. Ninguém esperava a mudança.

O governador Newton Cardoso reverteu a posição da bancada. Os dissidentes mineiros cansaram de anunciar a derrota do governo — seria de 20 a 11. Newton Cardoso mudou pelo menos sete votos. O deputado José Geraldo, que se comprometeu no "acordão" do parlamentarismo com cinco anos, acabou votando pelo presidencialismo. "Quando notei que o acordo furou, resolvi votar no presidencialismo. Nunca fui parlamentarista", explicou. Há informações, porém, de que o deputado conversou, antes, com o governador de Minas e com o ministro Antônio Carlos Magalhães. Já a mudança do deputado Hélio Costa foi creditada na bancada a Roberto Marinho, da TV Globo.

No Ceará dois influentes deputados estavam lutando pelo "acordão" — Expedito Machado e Ubiratan Aguiar — ambos ligados ao governador Tasso Jereissati e a Ulysses Guimarães. O acordo falhou e os dois votaram com o Planalto.

O governador Orestes Quércia mudou vários votos, entre os quais, os dos deputados Samir Achoa e Ailton Sandoval, ligados ao governador. "Não poderia dizer não ao meu governador", justificou-se Samir Achoa. O governador do Paraná, Alvaro Dias, presente em Brasília, evitou mudanças de constituintes comprometidos com o esquema palaciano. Já Moreira Franco, do Rio, pediu a vários que votassem pelos quatro anos, mas não teve êxito. A maioria não o seguiu.

O deputado Mário Assad (PFL-MG) foi o único da bancada de dez do PFL mineiro a votar com suas convicções parlamentaristas. "Respeito o ministro Aureliano Chaves porque ele me respeita", explicou Assad. Cliente da posição presidencialista do presidente de honra do PFL, o deputado Humberto Souto, embora parlamentarista, votou pelo presidencialismo. "Se aprovado o parlamentarismo, Aureliano desistiria de ser candidato a presidente. O País e o partido precisam dessa candidatura", disse o deputado mineiro.

O deputado José Dutra (PMDB-AM) dizia-se parlamentarista. Dias antes da votação, ele foi almoçar com os ministros Borges da Silveira e Prisco Viana e outros sete parlamentares. Revelação de Prisco Viana: "O Dutra chegou parlamentarista e saiu presidencialista".

Vários parlamentares, para não contrariar seus governadores, preferiram deixar de votar o mandato presidencial, como Robson Marinho, favorável aos quatro anos. Atendeu a Orestes Quércia.

COERÊNCIA

Um documento, firmado pelos 13 membros da bancada do PMDB de Goiás na Constituinte, ainda em janeiro deste ano, antecipou a posição do partido naquele estado em torno dos cinco anos como regra permanente e transitória para o mandato presidencial. No dia da votação, na superterça, apenas um membro discordou da bancada e votou contra os cinco anos: o senador Iram Saraiva.

E com base nesse documento e nessa única dissidência que o coordenador de bancada do PMDB de Goiás, deputado Fernando Cunha, garante não ter sido necessário ao governo exercer qualquer pressão sobre os constituintes goianos, quer da parte do governador Henrique Santillo, quer do ministro da Agricultura, Iris Rezende.

Segundo Fernando Cunha, não houve surpresa quanto ao mandato, e se alguns, como ele, não votaram na superterça definindo a duração do mandato permanente é porque, após a aprovação do presidencialismo, muitos consideraram que não haveria mais votações. Fernando Cunha garante que a bancada chegará, mais adiante, unida em torno dos cinco anos para o presidente Sarney, apenas com um voto a menos.

Na questão do presidencialismo, a coisa foi um pouco diferente: a bancada estava dividida, até porque nesta questão havia as duas correntes dos líderes estaduais: o governador Santillo era parlamentarista e o ministro Rezende, presidencialista. Até o dia da votação eram sete a seis pelo parlamentarismo, mas um voto foi mudado na última hora: o do deputado Mauro Miranda, não por pressão do governo, mas do seu irmão, o governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda. Com isso, ficaram sete a seis pelo presidencialismo.

Fernando Cunha nega pressões através da concessão de canais de rádio e televisão, afirmando não ter tido conhecimento, por exemplo, de que os deputados João Natal e Maguito Vilela, ambos do PDC de Goiás, teriam ganho rádios.

Quanto a uma possível negociação entre o governo federal e o estadual no sentido de garantir apoio ao presidencialismo com cinco anos em troca da suspensão de uma iminente intervenção no Banco do Estado de Goiás (BEG), o coordenador da bancada de Goiás, tem outra explicação: segundo ele, tanto no início do governo Iris Rezende quanto no de Henrique Santillo, o governo federal ameaçou com a intervenção, mas recuou diante da reação das autoridades goianas.

Fiamaron Mossri e Antônio Arrais

## Planalto quer formar bloco parlamentar

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A reforma é inevitável para adaptar o ministério à nova realidade política e não tem por objetivo punir nenhum ministro em particular. A afirmação é do ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, que acredita que o Planalto vai investir na formação de um bloco de transição democrática "baseado nos 304 que votaram agora pelos cinco anos e podem chegar a 315 com os que acabaram sem votar o mandato, devido à dispersão logo depois da votação do presidencialismo".

O bloco de transição, segundo Prisco, estará acima dos partidos, não contra eles. Serão feitos contatos também a nível partidário com o líder do PFL, deputado José Lourenço, e com Gastone Righi, do PTB.

Outros interlocutores serão Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Expedito Machado e Ricardo Fiuza do Centro Democrático. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, vai renunciar as negociações para antecipar a votação do mandato.

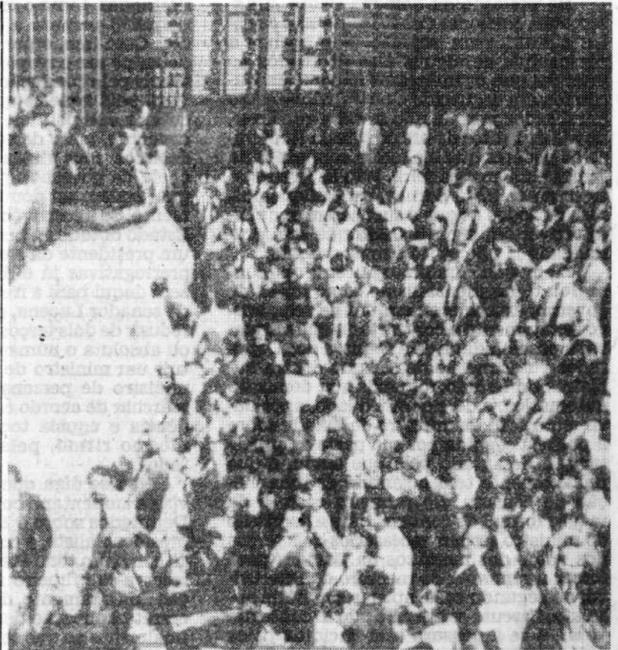
Para Prisco Viana, outra ação considerada urgente é o "corte nos gastos, nas gorduras do governo". Ele acredita que esse é o momento adequado para cortes: "Queremos mostrar que temos senso de responsabilidade administrativa e não temos desgaste e pressões por causa disso".

Prisco não aceita a acusação de que o governo utilizou fisiologicamente os constituintes para aprovar o presidencialismo e os cinco anos de mandato para os futuros presidentes. Explicou que a vitória na Constituinte foi o resultado de trabalho feito a longo prazo pelos governadores.

Prisco nega ainda que tenha sido negociado o adiamento das eleições municipais. Mas admite que grande parte da base do PMDB, "principalmente fora de lideranças como Covas, Fernando Henrique e Ulysses, depende dos problemas municipais e se preocupa com uma eleição municipal 'solteira' a curto prazo". Garante que não há compromisso do governo de apoiar a emenda de Gilson Machado, que propõe eleições municipais só em 1989, mas diz que tudo indica que este tema deve surgir no bloco de transição democrática.

Prisco nega também que o governo queira pressionar Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. Diz que a pressão de Ulysses em terminar o texto da nova Carta pode ter diminuído agora, mas "o governo tem interesse em que a Constituinte seja aprovada logo, acabando-se a indefinição, para que Sarney possa governar sem amarras".

Ele acredita ser difícil mudar a descentralização tributária que já foi aprovada e dá a entender que o governo não forçará muito nesse ponto, que diante dos interesses municipais e estaduais dos parlamentares poderia dividir o bloco da transição democrática.



Júlio Tajes - 22/3/88

As pressões podem explicar surpresas do placar

## Deputado diz que só eleitores pressionam

AGÊNCIA ESTADO

O deputado José da Conceição (PMDB-MG), que mudou seu voto à última hora para ajudar na aprovação do mandato de cinco anos para os sucessores de Sarney, negou ontem em Belo Horizonte ter sido pressionado pelo Planalto ou pelo governador Newton Cardoso. Ele admitiu que os governos estadual e federal realmente pressionaram os constituintes, mas garantiu que, no seu caso, o voto foi mudado devido a pressões de sua base eleitoral — o norte de Minas.

Parlamentarista convicto até pouco antes da superterça, José da Conceição explicou que 50% das obras viárias do governo Newton Cardoso estão sendo executadas em municípios do norte de seu estado. Disse que empresários e cabos eleitorais temiam a paralisação dessas obras e lhe pediram voto em favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos. "Foi também grande o temor de prefeitos que passaram a madrugada me telefonando e lembrando a importância de meu voto para a nossa região".

José da Conceição desafiou "qualquer homem público e qualquer órgão de imprensa" a provar que recebeu benefícios através de novas obras para sua região eleitoral, em troca de voto pelo presidencialismo. O deputado não se arrepende da mudança de seu voto e considera "muito pior" a situação de constituintes do PT e do PDT. "Juntos, esses dois partidos asseguraram 40 votos para o presidencialismo".

Segundo ele, agora os partidários de um mandato de quatro anos para Sarney estão correndo o risco de ter de "engolir um mandato de seis anos". José da Conceição explicou que basta que seja retirado das Disposições Transitórias e o mandato de Sarney não será votado. "Se houver insistência na tese dos quatro anos, a briga fica feia e perigosa, porque a direita tem uma emenda que outorga seis anos para o atual presidente da República. Não pode haver mais radicalização, pois do contrário acabam nos largando essa responsabilidade de aprovar seis anos para Sarney", advertiu.

## Há falta de honestidade e cultura, afirma Lula

"Esse negócio de sistema de governo, de presidencialismo e parlamentarismo é uma balela, bobagem mesmo. O que falta é cultura política aos políticos. Mais: seriedade, honestidade. A verdade é que há muita gente desonesta na Constituinte", desabafou ontem, à tarde, em São Paulo, num intervalo de uma reunião da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, quando interrogado sobre a verdadeira razão de o seu partido, o PT, ter votado em defesa da emenda presidencialista apresentada e aprovada terça-feira no plenário da Constituinte.

No mesmo tom de desabafo, acrescentou o deputado petista: "A Constituinte, hoje, mais parece um balaço de anúncio ou bolsa de valores, onde as pessoas, os políticos, comparecem por conveniência e só para saber a quantas anda a cotação dos votos. Acho isso lamentável". Irritado ao ver, ontem, sua foto — e a de outros parlamentares petistas — estampada nos jornais, ilustrando matéria a respeito do voto na Assembleia Nacional Constituinte, Lula Inácio garantiu que, pessoalmente, faz parte do contingente de brasileiros que "quer e luta para que a nova Constituição seja concluída e promulgada o mais rapidamente possível". Disse que não é verdade que se ausente de Brasília, à exceção dos sábados e domingos, quando praticamente não há trabalho por lá. "Eu e meu partido queremos um novo ordenamento jurídico e econômico no mais breve espaço de tempo possível. E por isso, faço questão de dizer, que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos comparecido ao plenário com assiduidade inconstante. Podemos ser encontrados lá, em Brasília, de segunda a domingo. Claro, pessoalmente fico muito chateado quando os jornais dizem que não comparecemos à Constituinte".

PRAZOS Apesar de comparecer com assiduidade à Constituinte, Lula não acredita que a nova Constituição esteja pronta até dia 21 de abril. "Esse prazo é furado como foram os outros prazos dados pelo dr. Ulysses." Na visão do deputado petista, "cresce o descrédito da classe política" cada vez que o multipresidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, fixa uma nova data para a conclusão dos trabalhos constituintes. "Sem dúvida, o desgaste é grande", ele diz, lembrando que, "pessoalmente" tem feito o "possível e impossível" para convencer Ulysses Guimarães a parar de marcar prazos para o término dos trabalhos constituintes iniciados em fevereiro de 87.

"Olha, há pouco tempo procurei o dr. Ulysses e sugeri que se fizessem sessões de manhã e à tarde pelo menos às terças e quartas-feiras, quando o comparecimento dos deputados ao plenário da Constituinte é muito grande, mas o dr. Ulysses não deu importância e mandou que eu procurasse acertar isso com o Covas, que me disse, por sua vez, que se o dr. Ulysses quisesse, de fato, realizar sessões o dia inteiro só dependeria dele mesmo. Quer dizer: não fui levado a sério", conta Lula, lembrando: "Sabe o que o dr. Ulysses me disse depois? Que não poderia marcar sessões o dia inteiro porque os deputados precisam negociar. Isso é um absurdo! Para negociar há a noite e os fins de semana".

Embora encontre razões fortes para fazer críticas a Ulysses Guimarães, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva garante que "sem ele a Constituinte não anda, pois o dr. Ulysses parece ter fôlego de sete gatos".

MILAGRE

Os principais coordenadores do movimento pelas eleições presidenciais ainda este ano estão convencidos de que só um milagre poderá reverter a tendência da maioria da Assembleia Constituinte — que aprovou mandato de cinco anos aos futuros presidentes. "Vamos lutar, mas a diferença foi muito grande para conseguirmos aprovar quatro anos para Sarney", admitiu (ontem, em Brasília), o deputado Pimenta da Veiga, que há dias deixou o PMDB.

Para o secretário de Justiça da Bahia, Jutahy Júnior, se faltassem 10 ou 15 votos "iríamos fazer de tudo para conquistar a diferença". Mas, diante do resultado da última terça-feira, "o ambiente é de desânimo".

Discretamente, está crescendo na Constituinte o movimento favorável às eleições gerais em 89, conforme proposta do deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), terceiro-secretário da Câmara e dos mais ligados a Ulysses Guimarães. Esta emenda poderá ter o apoio do Bloco da Transição Democrática, que está sendo organizado pelo líder governista Carlos Sant'Anna, sob a inspiração do Palácio do Planalto.

O futuro Bloco da Transição Democrática terá, entre outras missões, de evitar a sucessão de Sarney este ano e garantir o mandato de cinco anos ao atual presidente. O líder Carlos Sant'Anna acredita que poderá reunir 320 parlamentares neste bloco — que seria um novo partido centrista. O bloco teria a adesão de pelo menos 150 parlamentares do PMDB, 110 a 120 do PFL, 25 a 30 do PDS, e 10 de partidos pequenos como o PDC e o PL, por exemplo.

Os brizolistas são mais veementemente na oposição ao eventual adiamento das eleições municipais, marcadas para este ano. E é justamente pelo "fantasma" Leonel Brizola que cresce na Constituinte a tendência por eleições presidenciais junto com as de prefeitos e vereadores em setembro de 1989. Dizem os governistas que, realizado o pleito municipal este ano, muitos derrotados, frustrados, poderiam engrossar as fileiras brizolistas para a sucessão de Sarney em 89.